



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 74

CAPITAL FEDERAL

SEXTA FEIRA, 24 DE ABRIL DE 1964

SENADO FEDERAL

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

TA DA 30ª SESSÃO, EM 23
DE ABRIL DE 1964

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA
ANDRADE, GUIDO MONDIN E GIL-
BERTO MARINHO.

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Goldwasser Santos
José Guilomard
Oscar Passos
Edmundo Levy
Eugênio Barros
Joaquim Parente
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimental
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Ermirio de Moraes
Rui Palmeira
Heribaldo Vieira
Josephat Marinho
Jefferson de Aguiar
Raul CluBERTI
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Rene Bornhausen
Antonio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mena de Sá — (36).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de comparecimento desta sessão da 26ª Sessão Ordinária, tendo número regimental, declarou-se a sessão.

Al ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

— do Ministro das Relações Exteriores, de 20 do mês em curso — comunica a próxima visita, ao Brasil, do Presidente da República da Alemanha e formula con-

sulta sobre a possibilidade de ser o visitante recebido em sessão conjunta do Congresso Nacional, no dia 8 de maio próximo, nos seguintes termos:

Em 20 de abril de 1964.
Visita do Presidente da República Federal da Alemanha ao Brasil.

Senhor Presidente,
Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência haver sido incluída no programa que deverá cumprir no Brasil, em maio próximo, Sua Excelência o Doutor Heinrich Lübke, Presidente da República Federal da Alemanha, uma visita ao Congresso Nacional.

2. Para prestar a colaboração que se fizer necessária ao acontecimento em apreço, encontra-se à disposição de Vossa Excelência o Ministro João Graciele Lampreia, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores.

3. Submeto à apreciação de Vossa Excelência a data de 8 de maio, às 16,40 horas, para a realização da mencionada visita.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos do meu profundo respeito. — Vasco T. Leão da Cunha.

Pareceres

Ns. 48, 49 e 50, de 1964

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1963, que acrescenta um parágrafo ao artigo 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Relator: Sr. Lourival Fontes.

O Projeto de Lei nº 2, de 1963, submetido pelos Senadores Afrânio Lagis e Gilberto Marinho acrescenta um parágrafo ao artigo 67 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) com a seguinte redação:

“§ 5º. Os valores das aposentadorias por invalidez e por velhice serão reajustados sempre que o seu valor líquido seja inferior ao salário mínimo regional reajustamento que se processará independentemente de qualquer formalidade”.

2. Os autores, em sua justificativa, afirmam que a inflação vem criando para os trabalhadores aposentados

por invalidez ou velhice situação verdadeiramente cosfrangedora e definitiva, e que “impossibilitados do exercício de atividade de qualquer natureza, aqueles aposentados são obrigados a valer-se da caridade pública para que possam manter a si e suas famílias”.

3. O mérito da proposição deverá ser devidamente examinado pela Comissão de Legislação Social, que melhor dará a respeito.

4. No que compete a esta Comissão examinar, nada há que possa ser argüido quanto ao aspecto jurídico constitucional do projeto, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de janeiro de 1963. — Jefferson de Aguiar Presidente — Lourival Fontes, Relator — Heribaldo Vieira — Ruy Carneiro — Ary Vianna — Silvestre Páccies — Sérgio Marinho — Nogueira da Gama — Lobão da Silveira — Milton Campos.

Nº 49, DE 1964

Da Comissão de Legislação Social sobre o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1963, que acrescenta um parágrafo ao artigo 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Relator: Sr. Vivaldo Lima.

O projeto de lei nº 2, de 1963, de autoria dos nobres Senadores Afrânio Lagis e Gilberto Marinho, propõe a inclusão de mais um parágrafo, que será o 5º, no artigo 67 da Lei número 3.807, de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), dispondo que “o valor das aposentadorias por invalidez e por velhice serão reajustados sempre que o seu valor mensal seja inferior ao salário mínimo regional reajustamento que se processará independentemente de qualquer formalidade”.

2. Os autores, em sua justificativa invocam a sempre crescente inflação e afirmam que os referidos aposentados, incapazes de exercer qualquer atividade não obrigados, frequentemente, a valer-se da caridade pública.

3. Poder-se-ia alegar que a disposição que se pretende adotar não se enquadra na sistemática do artigo 67 e seus parágrafos, que já atendem devidamente a hipótese do reajustamento, como, aliás, pode ser verifica-

do da simples leitura do artigo, a seguir transcrito:

“Art. 67. Os valores das aposentadorias e pensões em vigor serão reajustados sempre que se verificar, na forma do § 1º deste artigo, que os índices dos seguidos atívos ultrapassam, em mais de 15% (quinze por cento), os do ano em que tenha sido realizado o último reajustamento de seus benefícios.

§ 1º. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio mandará proceder, de dois em dois anos, a população dos índices referidos neste artigo e promoverá, quando for o caso, as medidas necessárias a concessão do reajustamento.

§ 2º. O reajustamento consistirá em acréscimo do montante de conformidade com os índices levando-se em conta o tempo de duração do benefício, contado a partir do último reajustamento ou da data da concessão, quando posterior.

§ 3º. Para o fim do reajustamento, as aposentadorias ou pensões serão consideradas sem as majorações decorrentes de lei especial ou da elevação dos níveis de salário prevalecendo porém, os valores desses benefícios, assim majorados, sempre que forem mais elevados que os resultantes do reajustamento, de acordo com este artigo.

§ 4º. Nenhum benefício reajustado poderá, em seu valor mensal, resultar maior do que 7 (sete) vezes o IAPFESP, e 2 (duas) vezes os demais institutos, o salário mínimo elevado, vigente na data do reajustamento”.

4. Estes reajustamentos e revisões, entretanto, a menos que requeridos pelos interessados, quase nunca se realizam, dado o imenso número de processos em andamento pelo Instituto Previdenciário, cujos atos e decisões estão sempre esboalhados de serviço.

5. Desta forma a inclusão do preceito contido no projeto, embora não se enquadre perfeitamente na técnica previdenciária, é justa e humana, atendendo, por outro lado, a objetivos colimados pela Justiça Social.

6. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do projeto.
Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1963. — *Heribaldo Vieira, Presidente.* — *Vivaldo Lima, Relator.* — *Walfredo Gurgel.* — *Pessoa de Queiroz.* — *Raul Guberti.*

Nº 53, DE 1964

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1953, que acrescenta um parágrafo ao artigo 67 da Lei nº 3.887, de 27 de agosto de 1960.

Relator: Senhor Senador Adolfo Figueiredo.

O projeto em tela acrescenta um parágrafo ao Art. 67 da Lei nº 3.887, de 27 de agosto de 1960 com a seguinte redação:

§ 5º Os valores das aposentadorias por invalidez e por velhice serão reajustados sempre que o seu valor mensal seja inferior ao salário-mínimo regional, reajustamento que se processará independentemente de qualquer formalidade.

2. Na justificação do projeto se diz da sua intenção, que é a correção dos males de inflação para os aposentados por invalidez ou velhice, justo e humano.

3. A Comissão de Justiça opinou pela sua constitucionalidade e a Comissão de Legislação Social, embora admitindo que o projeto não se enquadrava perfeitamente na técnica previdenciária, disse da sua conveniência.

4. O nosso voto, que submetemos a consideração da dita Comissão, é para que se converta o processo em diligência, a fim de ser ouvido o Poder Executivo por intermédio do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Todos conhecemos a situação de precariedade dos IAP e sabemos que os seus compromissos e obrigações deviam se basear em cálculos atuariais. A sim, parece-me uma imprudência criar novas obrigações aquelas entidades sem conhecer das suas possibilidades econômicas e financeiras.

Sala das Comissões, em 2 de outubro de 1963. — *Argemiro de Figueiredo, Presidente.* — *Adolfo Franco, Relator.* — *Dinart Mariz.* — *Aurelio Vianna.* — *Bezerra Neto.* — *Eurico Rezende.* — *Wilson Gonçalves.* — *Mem de Sá.*

Do Plenário, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno. — *Argemiro de Figueiredo, Presidente.* — 22 de abril de 1964.

Pareceres

Ns. 51 e 52, de 1964

Nº 51, DE 1964

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1962 (número 2.258-57 na outra casa do Congresso) que concede uma pensão mensal de Cr\$ 7.000,00 à viúva do guarda rodoviário Mário Meloni Sobrinho.

Relator: Sr. Lourival Fontes.

É concedido, pelo presente projeto, à viúva do guarda rodoviário Mário Meloni Sobrinho, uma pensão mensal de Cr\$ 7.000,00.

O guarda em apêço, conforme está na lembrança de todos, foi barbaramente trucidado quando, no cumprimento do dever, fiscalizava o carro de um parlamentar.

Tendo deixado esposa e dois filhos pequenos, é justo que o Estado os ampare, agora que ficaram sem o seu

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MIRILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRÁSILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,80

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

chefe, uma vez que este sacrificou-se em defesa da sociedade.

Além disso, numerosos são os precedentes que justificam a concessão do favor ora pleiteado.

Isso posto, nada havendo que objetar ao projeto, do ponto de vista constitucional e jurídico, somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, ... de julho de 1962. — *Jefferson de Aguiar, Presidente.* — *Lourival Fontes, Relator.* — *Afrânio Lages.* — *Ady Vianna.* — *Menezes Pimentel.* — *Ruy Carneiro.* — *Milton Campos.*

Nº 52, de 1964

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1962 (nº 2.258-57 na Câmara), que concede uma pensão mensal de Cr\$ 7.000,00 à viúva do guarda rodoviário Mário Meloni Sobrinho.

Relator: Sr. Eduardo Catalão.
Pelo projeto de lei em exame, de autoria do saudoso Deputado Segismundo Viana, é concedida uma pensão mensal de Cr\$ 7.000,00 à viúva do guarda rodoviário Mário Meloni Sobrinho (artigo 1º), morto em serviço, conforme afirma a justificação, quando fiscalizava o automóvel de um parlamentar.

2. Entendemos que esta Comissão, antes de opinar quanto ao mérito, deva baixar o projeto em diligência ao Ministério da Fazenda a fim de que aquele órgão informe se Claudio Rosa Meloni, viúva do guarda rodoviário Mário Meloni Sobrinho, percebeu ou já percebeu qualquer pensão pelo Tesouro Nacional e caso afirmativo, quais os seus beneficiários ou dependentes.

3. Cumpre-nos esclarecer que o Ministério da Fazenda, ouvido a respeito da matéria em face de digna

sição regimental então em vigor (artigo 252.C), pelo Aviso nº GB-190, de 28 de setembro de 1962 desaconselhou a aprovação do projeto nos termos em que está redigido, por não constar da proposição o nome da beneficiária, o que impedia saber se a mesma percebia ou não qualquer pensão.

4. Vindo ao nosso conhecimento, entretanto, o nome da viúva do guarda rodoviário julgamos aconselhável a diligência em tela, a fim de que a matéria fique perfeitamente esclarecida.

5. É o parecer.

Sala das Comissões em 21 de agosto de 1963. — *Argemiro de Figueiredo, Presidente.* — *Eduardo Catalão, Relator.* — *Lopes da Costa.* — *Siqueira do Pacheco.* — *Lobão da Silveira.* — *Mem de Sá.* — *Lino de Mattos.* — *Bezerra Neto.*

Ao Plenário nos termos do art. 142 do Regimento Interno. — *Argemiro de Figueiredo, Presidente.*

Em 22 de abril de 1964.

O SR. PRESIDENTE:

O expediente vai à publicação.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de requerimento, de autoria do nobre Senador Jefferson de Aguiar.

É lido e apoiado o seguinte.

Requerimento nº 86, de 1964

Nos termos dos arts. 64 e 312, alínea 2-3, do Regimento Interno requerio a constituição de uma Comissão Especial de 7 membros para, no prazo de seis meses proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas (Projeto de Lei do Senado nº 29-51-493-63 e Projeto da Lei da Câmara nº 333-52 e outras que porventura se-

jam apresentadas com a mesma finalidade).

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1964. — *Jefferson de Aguiar.*

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será publicado incluído em Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que recebeu declaração de bens do Senador Ministro da Guerra, General de Exército Arthur da Costa e Silva, documento que passa a pertencer Arquivo do Senado e cuja leitura será feita pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

ARMAS DA REPÚBLICA

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Declaração de bens do General de Exército Arthur da Costa e Silva, nomeado Ministro da Guerra, por decreto de 15, publicado no Diário Oficial de 15 de abril de 1964.

No Rio, à Rua David Campista, 25 — Apartamento 704 adquirido em 1952, com financiamento da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, pelo preço de Cr\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil cruzeiros).

Em São Paulo — à Avenida Paulista, nº 347, apartamento número 1.303 do Condomínio Tuiuti — incorporação iniciada em 1955, por 10 Oficiais do Exército — com financiamento da Caixa Econômica Federal de São Paulo.

Este apartamento ainda não me foi entregue pela Caixa Econômica e seu acabamento está sendo feito sem financiamento. Valor aproximado de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros). Estou tratando da venda deste apartamento, para poder saldar compromissos vários decorrentes da alta do custo de vida e do baixo padrão de meus vencimentos.

São esses os únicos bens materiais que possuo sem contar objetos de uso doméstico e pessoal.

Brasília, 16 de abril de 1964. — *Gen. Arthur Costa e Silva.*

O SR. PRESIDENTE:

Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador José Ermirio.

O SR. JOSÉ ERMIRIO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, a crise da agricultura brasileira, que abrange setores os mais variados e que repousa em causas também as mais diversas, configura-se com particular gravidade em áreas de produção sempre reputadas como de primeira importância em nossa vida econômica. Hoje, entretanto, se tal importância é atribuída a essas áreas, isto não é expresso através de providências adequadas para o melhoramento da nossa produção.

A economia açucareira já caracterizou todo um ciclo da vida do Brasil. Durante os séculos que se seguiram, diferentes fatores colocaram a produção açucareira em lugar de menor importância na vida nacional até que, agora, na República de 1939, optou o Governo pelo controle de produção, para fazer cessar a anarquia e substituir a improvisação pela previsão.

Na verdade, porém, ao fim de tantos anos da nova política açucareira nos encontramos numa situação em que estudos e providências urgentes e enérgicos são necessários, sobre a economia desse alimento de tão alta significação no mundo e que vem sendo produzido desde os tempos anteriores à Era Cristã.

Medidas imediatas e mesmo drásticas têm de ser adotadas, se quisermos salvar de um colapso a econo-

ma açucareira, tragédia que se pode prever para tempo não tão longínquo como se pensa. Na verdade, estamos na iminência de importar o açúcar para o nosso consumo interno, dentro de poucos anos.

Essa perspectiva é tão mais dolorosa, quanto mais racionemos sobre as enormes possibilidades que temos para a sua produção e para a nossa participação, com o produto, no mercado internacional.

Ausência de Estímulo

A principal causa da nossa queda na produção do açúcar é a falta de estímulo ao produtor por uma política de preços errônea. Aliás, não sabemos se o termo mais correto será mesmo política de preços, ou preços de política... Mas o fato é que nos idos de 1945, um saco de açúcar custava 145 cruzeiros e um saco de arroz, com o mesmo peso custava 154 cruzeiros. O açúcar era, pois, mais barato em 6% do que o arroz. Hoje, isto é, em 1963, o preço do saco de arroz — nos grandes centros consumidores, foi maior do que o dobro — do preço de um saco de açúcar.

E' de esperar que dentro de tal política, ninguém se sinta atraído para esse setor e o volume da produção venha a cair, a ponto de estarmos hoje ameaçados até em nosso consumo interno.

A par do desacerto verificado nos preços, cumpre-nos salientar as dificuldades para a industrialização. Já foi tecnicamente demonstrado que o custo da montagem de uma usina de açúcar com capacidade para 500.000 sacos, o que já é um volume razoável, atinge a mais de três bilhões e 500 milhões de cruzeiros, isto é, mais de 7.002 cruzeiros por saco de produção. Esse cálculo, porém, restringe-se ao setor propriamente industrial, a transformação da cana em açúcar.

Calcule-se o preço dos juros, mormente nas taxas atuais elevadíssimas, que terá de enfrentar quem quer se aventurar em uma atividade econômica tão necessária ao desenvolvimento do país.

Mas a parte industrial é somente uma parte do empreendimento. Outra dificuldade é a aquisição da terra, que tem de ser sempre de grande extensão, além do ciclo agrícola, longo de 16 meses. Isto sem se falar dos problemas do plantio, da adubação, da irrigação, do combate às pragas.

Por aí se vê que a indústria açucareira é das que mais necessitam de atrativos, pois que a sua implantação exige verdadeiros sacrifícios e o consumo interno e mundial requer sempre maiores investimentos.

Esforços da Produção

Durante o ano de 1963, exportamos 72 milhões e 403 mil dólares de açúcar. Este ano, se houver exportação será diminuta, proveniente das sobras de safras anteriores e isto mesmo devido às vendas realizadas no segundo semestre do ano passado.

A produção brasileira de açúcar atingiu o máximo na safra de 1961-1962 com 56.364.951 sacos de 60 quilos. Já na safra de 1962-1963, esse nível caiu para 51.669.000 sacos, ressaltando-se que na zona do Nordeste a queda foi de mais de 20%.

Uma das características da lavoura da cana de açúcar é que ela é muito afetada pelas condições climáticas, em vista do grande ciclo para crescimento e maturação. Sem uma irrigação racional, que possibilite o desenvolvimento de uma lavoura equilibrada, as safras estarão sempre sujeitas às secas, a exemplo do que acontece normalmente no Nordeste e eventualmente, como foi o caso do ano passado, nas zonas sulistas.

Todavia, em virtude das grandes extensões de terra requeridas pela cultura, a irrigação é caríssima. Um

projeto de irrigação de 1.000 hectares custa um preço da ordem de centenas de milhões de cruzeiros.

O crescimento desse setor da produção evidentemente não será levado a bom termo, nem sequer iniciado, sem crédito a juros módicos e a longo prazo, para projetos viáveis na agricultura, ampliação da capacidade das usinas existentes e criação de novas unidades industriais para atender ao consumo do país, que aumenta na proporção de 5% ao ano.

Voltamos a afirmar que as nossas exportações de açúcar poderão ser estimuladas até a auferirmos uma receita de mais de 100 milhões de dólares, o que dará uma renda privilegiada ao país, criando dezenas de milhares de empregos e fomentando o trabalho no campo, de que a Nação tanto se ressentia.

Além disso, poder-se-ia incentivar a lavoura de subsistência no âmbito da própria usina, com produção compatível com as necessidades da área abrangida pela indústria e seus engenhos fornecedores, o que seria um passo na solução do grave problema do abastecimento.

As considerações que ora fazemos sobre a capacidade de recuperação da nossa indústria açucareira baseiam-se na realidade. Contamos por isso até com o fator histórico, com a força da tradição, que hoje representa fator emocional de primeira ordem. Haja vista que apesar das imensas dificuldades existentes, ainda existem lutadores corajosos, produtores que não se rendem, nem semorazem, diante de uma situação quase insustentável.

Abro um parêntesis neste discurso para fazer um apelo aos produtores de trigo do País no sentido de que manifestem a mesma coragem, a mesma ação no campo do trigo do País — no sentido de que, manifestem a mesma coragem, a mesma ação no campo do trigo, em que o Brasil despende, hoje, cerca de vinte milhões de dólares, tendo terras privilegiadas como as dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não.

O Sr. Atilio Fontana — Nobre Senador, V. Exa. é um estudioso dos problemas da produção, da agricultura, da pecuária e principalmente de outros setores industriais. Sabemos que V. Exa. está ligado ao problema da cana de açúcar, que conhece bem a fundo, bem como ao do trigo. Acaba mesmo de fazer um apelo aos produtores de trigo. O problema do trigo no Brasil, todavia, vem-se arrastando há muitos anos. Houve época em que os Governos fizeram tudo o que era possível para fomentar a atratividade em nosso País. Entendemos, entretanto, que um dos grandes problemas é o da genética. No Brasil não existem ainda variedades preparadas, forte, resistentes. As melhores que temos são um tanto degeneradas. Não existem novas variedades resistentes. Ademais, também o clima não é estável, como, por exemplo, o dos Estados Unidos, o da Austrália, o do Canadá, o da Argentina, o da Europa Oriental, o da própria europeia, Rússia. E o trigo não suporta muito bem o nosso clima tropical. Acredito, nobre Senador, que isto poderá ser compensado se tivermos boas sementes deste cereal, como também adubos a um preço razoável, e que não se redonda a importação de trigo subvencionado, que resulte todos os anos em conflito entre o preço do trigo importado e o nacional pelo que surge a dificuldade na colocação da safra

de trigo. Este ano lamentavelmente a safra foi diminuta. A sua distribuição foi autorizada pelo Banco do Brasil.

Contudo, na ocasião da distribuição devido à quantidade insignificante de trigo, houve as maiores perturbações, as maiores dificuldades. Agora mesmo, estou regressando de Santa Catarina. Ali, a colheita é iniciada em novembro e terminada em dezembro. Estamos em abril e ainda há nos silos trigo que não foi retirado porque é muito oneroso e não fornece as mesmas condições vantajosas do estrangeiro, importado pelo Governo com grande subvenção.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exa., Senador Atilio Fontana. Mas nada me demove da idéia de que, se os moageiros, organizassem uma associação que estudasse a fundo o seu problema, que procurasse agir a tempo e hora, a questão do trigo seria resolvida.

O Sr. Atilio Fontana — Permite-me V. Exa. novo aparte? (Assentimento do orador) — Os moageiros, em regra geral, têm interesse em produzir trigo, mas têm interesse também em adquirir o subvencionado pelo Governo — trigo que, geralmente, é melhorado, mas, ainda assim — inferior ao nacional porque distribuído anualmente de acordo com as necessidades, enquanto que o nacional tem que ser distribuído na época da safra. Temos dito: no Brasil, são exatamente os moageiros que causam maiores entraves ao desenvolvimento da trituração nacional.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — De acordo com a V. Exa. e agradeço a informação. E' justamente o que penso.

(Lê):

Relação com o Mundo

A produção mundial de açúcar tem progredido firmemente. A safra prevista para o ano agrícola de 1963-64, a segunda da História, em quantidade, deverá atingir a 53.370.000 toneladas métricas.

Note-se, porém, que da maior safra já verificada, no ano de 1960-1961, de 54.460.000 toneladas métricas, a produção mundial decaiu, no ano de 1962-1963, em face da queda da produção de Cuba, que de 6.792.000 toneladas em 1960-1961, passou a 3.738.000 em 1962-1963 e a 4.000.000 em 1963-1964, segundo as estimativas.

Por outro lado, o consumo do açúcar também vem aumentando incessantemente. No Brasil, o aumento anual é da ordem de dois milhões de sacos e, conforme as últimas estatísticas, a safra de 1962-1963 que foi de 46.109.000 sacos, deixou excedentes de apenas 4.860.000 sacos. Excedentes aliás que somados às sobras da safra de 1961-1962, no montante de 8.370.000 sacos, possibilitaram ainda razoáveis exportações no último ano. Tal constatação não nos poderá, infelizmente, alimentar otimismo a menos que medidas sérias sejam tomadas em defesa da produção açucareira.

Valor Alimentar

O incentivo à produção do açúcar através de preços mais reais e de assistência creditícia ao alcance do produtor, justifica-se não só do ponto de vista econômico, mas até mesmo do prisma da alimentação do povo. Muito pouco se fala sobre o valor nutritivo do açúcar, mas não convém perder essa perspectiva. O valor calórico do açúcar é superior a muitos outros alimentos. Uma xícara de açúcar refinado, por exemplo, contém 710 calorias enquanto o açúcar escuro encerra 815. A mesma quantidade de arroz cozido, tem apenas 200 calorias; de milho cozido, 170 calorias; de ervilhas cozidas, 110 calorias; de sopa de feijão, 190 calorias; de suco de laranja, 120 calorias.

Embora o açúcar não contenha proteínas e quando refinado faltem-lhe outros elementos — ferro e cálcio — dizendo-se até que o açúcar refinado é *divido por cálcio*, não são escassos, no produto, valores alimentícios. No tipo escuro, por exemplo, encontra-se grande quantidade de cálcio e razoável de ferro.

Exemplos de fora

A fabricação do açúcar no mundo pode ser baseada na cana, ou na beterraba. Os países que, como o Brasil, fabricam açúcar de cana, estão melhorando os seus meios de produção e as suas técnicas agrícolas. Aliás, do total da matéria-prima produzida, 58,6% correspondem à cana de açúcar e 41,4% à beterraba, o que bem ressalta a importância da cana de açúcar no mundo.

A safra da Argentina, este ano, graças às condições favoráveis, deverá atingir a 1 milhão de toneladas, ou sejam mais de 23% sobre a safra de 1962-63.

A América Latina em geral, para a safra de 1963-1964 terá um aumento de cerca de 300 mil toneladas, apesar da grande redução da safra brasileira. Já na ilha de Formosa, a aplicação de novos métodos de cultura, com grande irrigação e reforma agrícola, ligada à reforma agrária, produziu surpreendentes resultados. A reforma agrária foi dividida em três etapas:

- 1 — Regulamentação dos contratos de arrendamento;
- 2 — Venda de terras do Governo e particulares, a longo prazo; e
- 3 — Desapropriação de terras de particulares, para venda a longo prazo a agricultores.

Também nos Estados Unidos na Flórida, a técnica aprimorada apresentou compensações enormes. Foi o que a produção ali já atingiu a 10 toneladas por acre, ou sejam, 137 toneladas por hectare, com a variação de CP 34-79.

Aliás, deve-se plantar cana que dê grande produção em tonelagem e que produza na mesma área a maior quantidade possível de açúcar. Sómente a tonelagem não representa o rendimento nessa produção. O problema do rendimento está no teor e sacarose da cana, na quantidade de açúcar que dela se pode extrair.

Na área a que nos referimos na Flórida, um acre de terra com 4.650 metros quadrados, cerca de 120 décimos de um hectare, produziu em 1962 uma vendida ao preço de 10 dólares. Hoje, esse preço alcançou a 200 e 300 dólares. A diferença, neste caso, em relação ao Brasil é enorme.

No Nordeste Brasileiro

No Nordeste do Brasil, porém, o quadro é outro. Quando se atinge a uma média de 50 toneladas de cana por hectare e a usina consegue extrair 93 quilos de açúcar e 13 toneladas de bagaço, o conjunto das variedades atualmente plantadas e em fase anual, já se considera isto um tanto notável.

O rendimento das usinas de açúcar no Nordeste, de janeiro a esta parte, baixou consideravelmente, variando agora entre 60 e 70 quilos de açúcar por tonelada, segundo a localização dos canaviais. O fenômeno deve-se às chuvas excessivas, que vêm caindo em toda a região em maior e menor quantidade nas diversas zonas.

Sugestões

A comparação entre as atuais atividades agro-industriais do açúcar no Brasil com alguns países estrangeiros dão bem uma idéia da gravidade da situação. O baixo rendimento das lavouras reflete-se imediatamente no produto e na renda nacionais, no nível de vida do povo, no balanço de pagamentos, enfim, em toda a vida do país, particularmente em regiões que têm no açúcar a sua principal atividade produtora, como é o caso do Nordeste.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre Senador, estou ouvindo V. Exa. com referência ao rendimento por área. V. Exa. está afirmando, que o rendimento é baixo, não apenas em toneladas de cana, mas de açúcar. Em geral, quando o rendimento é baixo, isso é devido também ao esgotamento do solo. Tenho levantado aqui, por várias vezes, o problema dos fertilizantes. Um solo bem preparado, e bem adubado, certamente dará maior rendimento, o que é corroborado pelos dados estatísticos que V. Exa. citou sobre a lavoura canavieira dos Estados Unidos. Nesse país, segundo informações que temos, o consumo e a aplicação dos fertilizantes por área é dos maiores. Conseguem-se, assim, quase sempre, boas colheitas, mesmo em condições climáticas adversas. O mesmo se verifica com a lavoura do trigo, e outras, que em terra bem adubada, preparada, e com o emprego de boas sementes, resistem muito mais às intempéries. A planta é um ser vivo. Quando está bem nutrido e tem uma boa origem, resiste muito mais.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — V. Exa. tem toda a razão, Senador Atilio Fontana. Há cerca de dezoito dias, fiz uma comparação entre o consumo de fertilizantes na Dinamarca e no Brasil. A relação é de 92,5% para 2,5%. Esse assunto é bastante sério. Mas não desistiremos de plantar cana. Lutaremos até chegar o dia de termos açúcar suficiente para exportarmos.

(Lê) E por isso é que julgamos necessária a maior certeza e a ser tomada com rapidez pelo Governo, o amplo financiamento do plantio, da irrigação, da mecanização das lavouras, dos fertilizantes e da defesa contra as pragas.

O Sr. José Feliciano — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Com prazer.

O Sr. José Feliciano — Poderia o nobre Senador, que tem conhecimento deste assunto, nos informar se as usinas de produção de açúcar do País estão funcionando a plena capacidade de produção, ou se estão sujeitas a um tabelamento do Instituto do Açúcar e do Alcool, que venha refletir exatamente no custo da produção nacional?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — O aparte de V. Exa. é muito oportuno. No momento não há restrição, embora já tenha havido. Ocorre que as usinas de maior capacidade estão localizadas no Estado de São Paulo, e estas têm atingido o máximo de sua produção, a não ser no caso de secas, como ocorreu no ano passado, e que, certamente, ocasionará este ano, uma redução na produção.

No Nordeste a maior usina existente é a de Catende, que atinge a produção de 550.000 sacas por ano. Naquela região faz-se a ampliação da capacidade das usinas, pois fica muito mais barato do que construir uma nova.

Existem, entretanto, regiões onde foram abandonadas certas lavouras que já não são mais compatíveis com a zona, como sucede com o Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás. E, portanto, muito justo um financiamento numa proporção elevada para que se possa lançar, nessas zonas, lavoura mais adequada, com o plantio de sementes de primeira qualidade. É o que acontece em Campos, que já produz e está produzindo. Isto para que essa lavoura comece de maneira certa e eficiente, não vindo a ocasionar prejuízos aos seus organizadores, o que seria fatal à iniciativa de quem quer que seja.

O Sr. Nelson Maculan — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Com prazer.

O Sr. Nelson Maculan — Temos o mesmo problema com a cafeicultura.

A CEAC (Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura) dispõe-se a executar, no Paraná e em todos Estados cafeicultores, exatamente um plano de incentivo à produção da cana. Isto porque chegamos à conclusão, nobre Senador José Ermírio, de que o café, derrubando a mata e destocando a terra, cria a civilização, propiciando, finalmente, condições favoráveis à implantação da cultura da cana. Era o programa que tínhamos no I.B.C., não só para o Paraná como para o Espírito Santo, Minas Gerais e outras regiões que, ecologicamente, já não mais serviam para o plantio do café e onde este poderia ser substituído por um talhão de cana.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Medida muito acertada.

O Sr. Nelson Maculan — Então, através do cooperativismo, a produção de cana seria dividida proporcionalmente entre os proprietários rurais, de acordo com sua área, cabendo uma parcela certa para cada usina. Deixamos o assunto praticamente no ponto em que solicitávamos do CEAC a liberação da verba de trinta e dois bilhões de cruzeiros para iniciarmos a execução do plano.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Se não me engano a percentagem que o CEAC financiaria seria na base de 70%, o que já significa um financiamento razoável. No Nordeste não temos nada disso; é preciso, portanto, que saia de outro lugar qualquer.

O Sr. Nelson Maculan — Ainda um esclarecimento a V. Exa. Parece-me que o Banco do Brasil também iria tomar, a esse respeito, novas providências.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Mas não nessas proporções. Estou bem a par do assunto porque, até há bem poucos dias, não havia sido nem o financiamento para o plantio da safra que seria para maio, e cujos terrenos já deveriam, portanto, estar preparados. Veja V. Exa. — como a situação está difícil!

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Exa. havia afluído, no seu discurso, o problema do financiamento e agora aborda-o profundamente. Meu aparte versará sobre ele. O financiamento que o Banco do Brasil tem concedido à lavoura da cana do açúcar, como à pecuária, pelo menos no Nordeste, é uma utopia. Basta dizer a V. Exa. que o Banco do Brasil empresta aos pecuaristas, para comprar uma vaca, por exemplo, a quantia de Cr\$ 21.000,00 ou Cr\$ 22.000,00, enquanto que esse animal custa de Cr\$ 100.000,00 a Cr\$ 150.000,00. Como pode, o pecuarista, com Cr\$ 22.000,00, comprar uma vaca, que terá de apresentar à fiscalização, se essa importância não basta? Com o açúcar é a mesma coisa: quando chega o empréstimo de entressafra, já passou a época do plantio. E o lavrador precisa pagar esse empréstimo antes de vender o seu açúcar. E só pode tirar a guia para a venda do açúcar deixando o dinheiro correspondente ao empréstimo concernente àqueles sacos de açúcar mas não tem ainda o dinheiro! Então o lavrador tem que contrair novos empréstimos para pagar ao Banco do Brasil. Esse financiamento que o Banco do Brasil está dando é utópico e absolutamente não satisfaz às necessidades dos agricultores. Precisa ser reformulado pelo Governo que aí está — se é que ele quer realmente enfrentar o problema da agricultura do País.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço a preciosa colaboração do nobre Senador Heribaldo Vieira. Realmente, é isso que se passa.

(Lê)

Torna-se imprescindível, entretanto, o estabelecimento de preço compensador para o açúcar e uma fiscalização rigorosa no pagamento dos salários aos trabalhadores rurais e aos ope-

rários das indústrias. Ao mesmo tempo, a pontual e rigorosa cobrança dos impostos devidos.

Tais medidas, deveriam ser tomadas com a máxima urgência e reverter-se de caráter prioritário.

O financiamento para o Nordeste, deveria ser feito a partir do princípio de abril, até setembro; no Sul, ao inverso, seria efetuado de novembro de um ano, a abril do ano seguinte. Essas são as épocas em que, na região correspondente, as usinas não dispõem de recursos para enfrentar as despesas mais inadiáveis.

Não se argumente com o recente aumento do crédito rural. O financiamento de que nos ocupamos é coisa de muito maior envergadura, além de ter inegável caráter de urgência. Não nos esqueçamos que a taxa de inflação durante o ano de 1963 foi de 77% e calculando-se desde 1958 já atingiu até o fim de 1963, a 515%.

O Sr. Antônio Carlos — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não.

O Sr. Antônio Carlos — Nessa altura do discurso, quando V. Exa. está alinhando as providências necessárias para o aumento da produção da cana de açúcar e da sua industrialização, essencial não só ao consumo interno como também para a exportação, desejo fazer uma observação quanto ao apelo que V. Exa. dirigiu aos industriais do trigo em nosso País. Considero justo esse pedido, mas tenho absoluta certeza de que a produção não aumenta, menos por uma pseudo má vontade dos moageiros que não reconheço do que por falta em a agricultura do trigo os elementos de estímulo que V. Exa. está solicitando para os produtores de açúcar e para os lavradores de cana. Sabe V. Exa. que a agricultura do trigo em nosso País não tem sido objeto da atenção do Governo.

Faltam-lhe, também, financiamento, preço mínimo, armazenamento e, acima de tudo, condições de comercialização do produto. Estou certo de que, se as medidas porque tão justamente V. Exa. propugna — principalmente as que se referem aos plantadores de cana-de-açúcar, de todo o País e aos usineiros — se estendidas aos triticultores e pequenos agricultores das regiões agrícolas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná teremos aumento da produção tritícola como nos idos de 1953 e 1954. Aquela época a produção atingiu índices realmente satisfatórios para a ocasião. Pediria a V. Exa. ao relatar todas as medidas indispensáveis ao fomento da produção da cana-de-açúcar, que as estendesse à triticultura brasileira.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — De pleno acordo com V. Exa. O que o nobre Senador acaba de dizer é do conhecimento de todos nós. A importação do trigo é realmente muito onerosa para o País. Toda importação impiedosa constituirá saldo favorável à nossa balança comercial, que poderá ser utilizado na industrialização ou na compra de mercadorias indispensáveis ao consumo interno.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Faltou V. Exa. a respeito de preço que não satisfaz, o que implica em desestímulo. — Tenho notícia de que, recentemente, houve um aumento de preço. Perguntaria a V. Exa. esse aumento de preço não tem significado?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — No momento, não. Seria outra majoração, a fim de preciso que os produtores de açúcar pudessem melhorar as instalações de suas usinas, obtendo, deste modo, maior rendimento. Ao mesmo tempo, precificar algum saldo que possibilitasse ampliar a produção.

Tenho certeza de que, sobre o assunto, interpreto a realidade. O saca de açúcar no exterior, há bem pouco tempo em novembro e dezembro, valia de dez a onze mil cruzeiros, e atualmente, ao passo que, internamente, era vendido a Cr\$ 4.400,00 e, posteriormente, a Cr\$ 6.200,00 ou Cr\$ 6.300,00. Um País onde tudo é difícil, desde o fertilizante até as sementes, e os equipamentos agrícolas são caríssimos, não pode vender a baixo preço no Exterior.

O Sr. José Guimard — V. Exa. não atentou para o problema de quem vive de salários fixos mensais.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — A lavoura açucareira do Nordeste é a única que pode pagar os salários; as outras não podem. Em Pernambuco, por exemplo, o salário-mínimo é de Cr\$ 43.000,00 para o industrial, e de Cr\$ 37.000,00 a Cr\$ 38.000,00 para quem trabalha no campo, o que é razoável para a região.

(Lê)

Se já é difícil lutar no campo, com todas as dificuldades que atingem a agricultura, verdadeiramente insustentável é a situação dos que tem de produzir sem garantia de financiamento nem de seguro agrícola, sem condições técnicas à altura das necessidades, com anos secos e anos excessivamente chuvosos enfim, com todos os fatores que fazem desaparecer.

Dê-se crédito a quem tem condições de desenvolver a produção, a quem realmente quer trabalhar, solucionar-se o problema da irrigação, dos fertilizantes, dos pesticidas. Pague-se aos agrônomos e veterinários um salário compatível com a sua condição de técnicos e sua instrução universitária, para poderem dedicar tempo integral ao trabalho.

Precisamos investir muito dinheiro em pesquisas de boas sementes na melhoria da técnica agrícola, na formação de quadros de pessoal adestrado. E também realizar uma reforma agrícola e agrária que traga uma perfeita solução para os nossos problemas do campo.

Como colaboração a Sua Excelência, o Presidente da República, o honrado Marechal Humberto Castelo Branco, sugerimos que oriente os seus ilustres ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio e da Agricultura, no sentido de atuarem rapidamente, através do Banco do Brasil do I.A.A. e dos departamentos do Ministério da Agricultura, visando a resolver com a maior brevidade os graves problemas que afetam a produção açucareira.

O Sr. José Feliciano — Permite-me V. Exa. um aparte?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Com muito prazer.

O Sr. José Feliciano — Nobre Senador, ouvimos críticas à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Acreditamos, porém, que as falhas decorrem, realmente, da falta de uma política de crédito para a produção nacional. No setor da indústria por exemplo, encontramos os Bancos internacionais de financiamento e financiamentos de grupos econômicos internacionais; no setor agrícola, o Banco do Brasil.

Desenvolvimento Econômico que se vem atendendo a indústria e aos grupos nacionais para o setor industrial. Num País que se diz essencialmente agrícola, todavia, temos somente a pequena Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil sem os recursos financeiros necessários ao financiamento da produção de cereais. Acreditamos que o Banco do Brasil deveria ser reforçado, de imediato com amplos recursos financeiros para atender à produção nacional, visto se

o único organismo de crédito no setor da agricultura.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — De pleno acordo com V. Exa., nobre Senador José Feliciano. Quero lembrar, aqui, fato interessante. Li que, no ano passado, a lavoura rizícola do Maranhão teve um financiamento de apenas trezentos cruzeiros por saca, o que é ridículo. (Lê).

O Instituto do Açúcar e do Alcool tem débito de soma fabulosa aos produtores de açúcar e não se dispõe a sacá-lo, nem apresenta motivo plausível. Não se sabe como está depositado esse dinheiro, nem mesmo o devolvido aos produtores, o que atenuaria uma situação das mais penosas.

Os fundos aplicados no desenvolvimento da produção é dinheiro bem distribuído. Eliminam-se as despesas desnecessárias do aparelho do Estado, extingue-se o empreguismo de uma vez por todas, estimule-se o funcionamento a trabalhar e dê-lhe acesso a métodos modernos; restrinjam-se as viagens ao exterior e proibam-se no estrangeiro gastos que não forem compatíveis com a nossa situação de país ainda subdesenvolvido; apliquem-se grandes verbas na melhoria da agricultura, dos meios de transporte e na armazenagem econômica da produção; em equipamentos portuários que permitam ser depositado em silos o açúcar que se exporta a granel, evitando-se a perda da sacaria, a fim de suprimirem-se especulações que lamentavelmente têm ocorrido nos últimos anos; e, acima de tudo, ensine-se a respeitar os direitos públicos, pelo exemplo e pela punição. Só assim caminharemos na direção do nosso real destino de grande nação.

Com providências dessa natureza e com o espírito dinâmico que todo o brasileiro deve cultivar e desenvolver, com trabalho árduo e eficiente e com consciência patriótica, teremos sem dúvida melhores dias para a nossa terra.

Tenhamos presentes em todo os momentos as palavras do presidente norte-americano George Washington proferidas há duzentos anos: "Não devemos pedir favores a outros países, porque pagaremos este auxílio com grande prejuízo para a Nação".

E este ensinamento de Woodrow Wilson: "We must husband our natural resources". (Devemos nos tornar maridos das nossas riquezas naturais).

Reunamos as energias nacionais para resolver nossos problemas. Só assim seremos respeitados como Nação desenvolvida e o Brasil tomará definitivamente o seu rumo do progresso. (Muito bem!) Muito bem! Palmas — O orador é cumprimentado.

O SR. PRESIDENTE:

Comunicação ao Senado que, atendendo a solicitação da Mesa da Câmara, esta Presidência transferirá para o dia 29 do corrente a sessão conjunta do Congresso Nacional que se deveria realizar hoje, à mesma hora, para apreciação de veto presidencial.

Sobre a mesa requerimento de urgência, que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 87, de 1964

Requeremos urgência nos termos do art. 326, nº 5-C do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1963 que dispõe sobre a aquisição por Governos estrangeiros de imóveis necessários à residência dos agentes diplomáticos das respectivas missões diplomáticas. Sala das Sessões, em 23 de abril

de 1964. — **Aurélio Vianna**, Líder do Bloco das Pequenas Representações — **Pedro Ludovico** — **Filinto Müller**, Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o Art. 326, do Regimento Interno, esse requerimento figurará na Ordem do Dia da sessão seguinte. (Pausa).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Zacharias de Assumpção.
Moura Palha.
Sebastião Archer.
Eurico Rezende.
Gilberto Marinho.
Nelson Maculan.
Melo Braga — (7).

Entre os documentos lidos no início desta sessão figura expediente em que o Senhor Ministro das Relações Exteriores, dando conhecimento da próxima visita, ao Brasil, do Presidente da República Federal da Alemanha, Doutor Heinrich Lübke, consulta esta Presidência sobre a possibilidade de ser o visitante recebido pelo Congresso Nacional em sessão conjunta.

Processados os necessários entendimentos, esta Presidência deliberou marcar para o dia 8 de maio próximo, às 6 horas e 30 minutos, a sessão solene em que aquele eminente Chefe de Estado será recebido pelo Congresso Nacional. (Pausa).

Está finda a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do Art. 263 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 112, que dispõe sobre contagem de tempo de servidores de nível universitário, tendo Parecer, sob nº 827, de 1963, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade (com voto em separado do Senador Ruy Carneiro).

Em discussão a preliminar da constitucionalidade do Projeto.

Não havendo quem peça a palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela inconstitucionalidade.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado o parecer. Por conseguinte, nos termos regimentais, o projeto é considerado inconstitucional e será arquivado.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa). S. Exa. está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, desejo fazer algumas considerações a respeito da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Senado Federal para reprimir a corrupção que lavrou, há algum tempo, no Departamento dos Correios e Telégrafos, levando vários dirigentes daquele órgão do Governo a pleitearem asilo em Embaixadas e alguns outros merecerem aprisionamento pelas Forças Armadas, que modificaram a situação dominante para o retorno às instituições democráticas.

Vencendo as resistências frágeis das Forças Armadas dominaram o Departamento dos Correios e Telégrafos e ali encontraram o quartel-general dos comunistas no Brasil, como afirmei perante o Senado Federal na sessão de 4 de outubro, inclusive máquinas copiadoras da correspondência violada, também conforme acusações que formulei, dando oportunidade a que o ex-Diretor saísse, perante a imprensa a atacar-me violentamente, porque desta outra não poderia fazer desde que enfrentava a realidade contundente que proclamei para a Nação.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tem tido atuação permanente e há bem pouco, solicitado pelo Presidente da Comissão — o ilustre Senador Wilson Gonçalves, o Governo da República colocou à sua disposição peritos e fiscais, para a pericia que solicitei, não só no Departamento como também nas firmas fornecedoras, a partir da qual se comprovava totalmente as acusações formuladas.

A corrupção que se exercia contra os funcionários para que não dispusessem, e as atitudes insolitas adotadas pela Direção do Departamento, cessaram com a vitória revolucionária. E, hoje a comprovação das acusações que fiz tem superado, de muito tudo aquilo que argui perante o Senado e a Nação.

A corrupção a fraude o enriquecimento ilícito estão plenamente demonstrados e órgãos sindicantes já instituídos, irão demonstrar, ao lado da Comissão Parlamentar de Inquérito, que a verdade foi proferida pelo representante do Espírito Santo no Senado Federal.

Quando do andamento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito em sua unidade em que a inquirição de trinta e uma testemunhas para a comprovação de atos e fatos ocorridos em várias regiões do País, tive ensejo de demonstrar, inclusive, relações inúmeras de processos em que vantagens ilegais eram concedidas e danos eram praticados contra o Departamento.

Hoje, às dezesseis horas, novo Diretor-Geral deverá assumir a Direção do Departamento dos Correios e Telégrafos. É o General Fernando Menescal Vilela, nomeado pelo Presidente da República, substituindo o General Lúbec Vitor Paulino que nestes breves dias, honrou a Direção do Departamento atendendo às determinações do Comando Revolucionário.

Acredito que as provas serão cabais, e tudo que argui será superado — repito — porque muito mais grave foi a atuação da Direção e dos representantes do Comando Dagoberto Rodrigues nas várias regiões do País, no exercício das Delegações Regionais. Este setor da administração estava todo ele infiltrado por comunistas e ate antes, se não me engano, o Presidente do Sindicato dos Telegrafistas — Wilson Reis — era preso, acusado de atividades subversivas, atividades essas que superaram qualquer possibilidade de expectativa razoável, porque havia uma ação violenta, determinada e entusiástica para a demolição das instituições democráticas.

No Gabinete do Diretor-Geral realizavam-se, diariamente, as reuniões dos comunistas civis e militares da subversão. Isso está também demonstrado.

Todas as providências que o Governo possa adotar para a erradicação definitiva dos comunistas e para o ministério do Departamento dos Correios e Telégrafos, em processo permanente de aperfeiçoamento daquele Departamento, será possível para a Nação fazer a Democracia. Assim não foi feito, a revolução ven-

cedora se esvaziara dos seus propósitos, porque, dentro em breve não só no Departamento dos Correios e Telégrafos como em outros setores do Governo, se reunirão e se aglutinarão aqueles mesmos homens e outros entusiastas ou simpatizantes que pretendam transformar o Brasil numa República soviética.

Sr. Presidente, estas alegações demonstram apenas — e é o meu propósito — que a Comissão Parlamentar de Inquérito está cumprindo o seu dever. Quando, há pouco tempo Paulo Lofredo, o fornecedor dos famosos sacos de lona, comprovava a outra acusação que formulei perante o Senado Federal: a aquisição desse material a Cr\$ 550,00 por unidade, para que fosse vendido ao Departamento dos Correios e Telégrafos a Cr\$ 1.250,00 a unidade, para então ser exportado ao exterior, mantendo em andamento a cobrança de verbas autorizadas do Plano Postal Telegráfico, que teve um prejuízo na administração do Cel. Dagoberto Rodrigues.

Juntei ao processo fotografias deturpadas de todas as cores realizadas na inha-tronco em — Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre — mostrando que todas as obras civis e todas aquelas inabastáveis à linha "carriev" foram abandonadas, porque o Cel. Dagoberto Rodrigues pretendia transformar o Departamento dos Correios e Telégrafos em EMBRATEL, com o nome acusel e ficou posteriormente comprovado que ele conseguiu no Governo passado. Em lugar da EMBRATEL e de que se pretendia impedir a aplicação do Código de Funcionários, deveria configurar-se o meu entusiasmo pelo aperfeiçoamento do C.T. e pelo atendimento às necessidades públicas, através de um trabalho honesto, dedicado em favor da qual grande Reparação foi realizada pela administração passada, que a degradou.

Sr. Presidente, espero que a Comissão Parlamentar de Inquérito prossiga nos seus trabalhos, ouvindo as testemunhas arroladas em Brasília e no Rio de Janeiro, como está determinado, para que o Senado Federal exiba à Nação o efeito produzido em todo o País, pelas denúncias formuladas e com as providências que os meus nobres colegas adotaram para preservar a Democracia dos terríveis males que he eram destinados pelos inimigos da Pátria. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. De acordo com entendimento entre os líderes ficam os Srs. Senadores convocados para uma sessão, amanhã às 10 horas.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, destinando para a de amanhã a seguinte.

ORDEN DO DIA

Sessão de 24 de abril de 1964

(Sexta-feira)

Extraordinária, às 10 horas

1

Discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1963, de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio, que altera a redação do artigo 82 da Lei nº 3.207, de 26 de agosto de 1950, tendo Pareceres favoráveis (ps. 24, 25 e 26, de 1964) das Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças. Está encerrada a sessão.

Encerrase a sessão às 16 horas e 5 minutos.

Ato do Vice-Presidente**PORTARIA Nº 3, DE 1964**

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c", do Regimento Interno e de acordo com o dis-

posto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar Janete de Miranda Parca, Pesquisador de Orçamento, ... FT-3, para exercer as funções de Auxiliar de seu Gabinete.
Senado Federal, 23 de abril de 1964.
— Camillo Nogueira da Gama.

Distribuídas as cédulas onômicas, e, colocados em urnas apropriadas, o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência proclamou o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Afonso Arinos — 7 votos.
Senador Osvaldo Gonçalves — 1 voto.

O Senhor Senador Wilson Gonçalves declara eleito o Senhor Senador Afonso Arinos e o convida a assumir a presidência.

Assumindo a presidência o nobre Senador Afonso Arinos agradece sensibilizado a honra que lhe é conferida pela Comissão investindo-o na presidência, não apenas por suceder a um dos mais ilustres homens públicos do país, como também, pela reverência e profundo respeito que sempre teve pela Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Senhores Senadores presentes.

Comissão de Segurança Nacional**2ª REUNIAO, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1964**

As 17 horas, na Sala da Comissão de Segurança Nacional, sob a presidência do Sr. Senador Zacarias de Assunção, presentes os Srs. Senadores José Guimard, Atilio Fontana e Raul Giuberti, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional.

E' lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Dix-Huit Rosado e Victorino Freire.

Como início dos trabalhos o Senhor Presidente dá a palavra ao Sr. Senador Atilio Fontana, que apresenta parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, que proíbe a remoção do servidor civil ou autárquico da União, concluindo também pela rejeição das emendas ns. 3 e 4 do plenário.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições, é aprovado.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Alexandre Pfaender, Secretário, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATAS DAS COMISSÕES**Comissão de Constituição e Justiça****ATA DA 3ª REUNIAO, EXTRAORDINARIA, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 1964.**

As 15 horas do dia 22 de abril de 1964, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Wilson Gonçalves, no exercício da Presidência, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Afonso Arinos, Daniel Krieger, Menezes Pimentel, Josaphat Marinho, Bezerra Neto e Edmundo Levi, estando ausentes por motivos justificados os Senhores Senadores Antônio Balbino, Ruy Carneiro, Arthur Virgílio e Aloysio de Carvalho, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Senador Wilson Gonçalves co-

munica que se desincumbiu da missão que lhe fora conferida pela Comissão de Constituição e Justiça, em reunião anterior, comparecendo ao Gabinete do Senhor Ministro da Justiça, o nobre Senador Milton Campos, a quem transmitira, pessoalmente, a homenagem que lhe fora prestada pela Comissão. O Senhor Ministro da Justiça agradeceu sensibilizado, dizendo que posteriormente o faria por escrito.

Prosseguindo com a palavra, o Senhor Senador Wilson Gonçalves expõe aos senhores membros da Comissão que, em face do art. 86, § 4º, do Regimento Interno do Senado, o cargo de Presidente da Comissão estava vago, tendo em vista a nomeação do Senhor Senador Milton Campos para Ministro da Justiça. Nestas condições, convocara a reunião para se proceder a eleição do novo Presidente, para o que mandou distribuir as cédulas.

COMISSÕES PERMANENTES**MESA**

Presidente — Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1º Suplente — Joaquim Praente (UDN)
 2º Suplente — Guido Mondim (PSD)
 3º Suplente — Vasconcelos Torres (PTB)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. José Guimard — Acre
 2. Lobão da Silveira — Pará
 3. Eugênio Barros — Maranhão
 4. Sebastião Archer — Maranhão
 5. Vitorino Freire — Maranhão
 6. Sigefredo Pacheco — Piauí
 7. Menezes Pimentel — Ceará
 8. Wilson Gonçalves — Ceará
 9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte
 10. Ruy Carneiro — Paraíba
 11. Leite Neto — Sergipe
 12. Antônio Barbino — Bahia
 13. Jefferson de Aguiar — E. Sant
 14. Gilberto Marinho — Guanabara
 15. Moura Andrade — São Paulo
 16. Atilio Fontana — Santa Catarina
 17. Guido Mondim — R. G. Sul
 18. Benedito Valladares — M. Gerais
 19. Filinto Müller — Mato Grosso
 20. José Feliciano — Goiás
 21. Juscelino Kubitschek — Goiás
 22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre
 2. Oscar Passos — Acre
 3. Vivaldo Lima — Amazonas
 4. Edmundo Levi — Amazonas
 5. Arthur Virgílio — Amazonas
 6. Antônio Jucá — Cea A
 7. Dix Huit Rosado — R.G. Norte
 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba
 9. Barros Carvalho — Pernambuco
 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
 11. José Ermirio — Pernambuco
 12. Silvestre Pélicies — Alagoas
 13. Vasconcelos Torres — R. de Janeiro
 14. Nelson Maculan — Paraná
 15. Amaury Silva — Paraná
 16. Nogueira da Gama — M. Gerais
 17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 15 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará
 2. Joaquim Parente — Piauí
 3. José Cândido — Piauí
 4. Dinarte Mariz — R.G. do Norte
 5. João Agripino — Paraíba
 6. Rui Palmeira — Alagoas
 7. Eurico Rezende — E. Santo
 8. Afonso Arinos — Guanabara
 9. Padre Calazans — S. Paulo
 10. Odolpho Franco — Paraná
 11. Irineu Bonilhausen — S. Catarina
 12. Antônio Carlos — S. Catarina
 13. Daniel Krieger — R. G. do Sul
 14. Milton Campos — Minas Gerais
 15. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
 2. Mem de Sá — R.G. do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
 2. Lino de Matos — S. Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Guberti — E. Santo
 2. Miguel Couto — R. de Janeiro

PARTIDO SOCIAL BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

Sem LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
 2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD) — 22
 Partido Trabalhista Nacional (PTB) — 17
 União Democrática Nacional (UDN) — 15
 Partido Libertador (PL) — 2
 Partido Trabalhista Nacional (PTN) — 2
 Partido Social Progressista (PSP) — 2
 Partido Socialista Brasileiro (PSB) — 1
 Partido Republicano (PR) — 1
 Partido Democrata Cristão (PDC) — 1
 Movimento Trabalhista Renovador (MTR) — 1

Sem legenda

64

2

63

BLOCOS PARTIDARIOS**I — Maioria**

PSD — 22 Senadores
 PTB — 17 Senadores
 — 39

II — Minoria

UDN — 15 Senadores
 PL — 2 Senadores
 — 17

III — Bloco Parlamentar Independente

PSP — 2 Senadores
 PTN — 2 Senadores
 PSB — 1 Senador
 PR — 1 Senador
 MTR — 1 Senador
 PDC — 1 Senador
 Sem Legenda — 2 Senadores
 — 10 Senadores

LIDERANÇAS**I — Blocos****Maioria**

Lider — Barros Carvalho (PTB)

Vice-Líderes:

1º Vitorino Freire (PSD)
 2º José Feliciano (PSD)
 3º José Guimard (PSD)
 4º Arthur Virgílio (PTB)
 5º Bezerra Neto (PTB)
 6º Vasconcelos Torres (PTB)

Minoria

Lider — João Agripino (UDN)

Vice-Líderes:

Daniel Krieger (UDN)
 Mem de Sá (PL)
 Rui Palmeira (UDN)

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Lider: Lino de Matos (PTN) Josaphat Marinho (sem legenda)

Vice-Líderes:

Aurélio Vianna (PSB)

II — PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Lider: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves
 Sigefredo Pacheco
 Walfredo Gurgel

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Lider: Arthur Virgílio

Vice-Líderes:

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Lider: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende
 Adolpho Franco
 Padre Calazans
 Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Lider: Mem de Sá

Vice-Lider: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

Lider: Miguel Couto

Vice-Lider: Raul Guberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Lider: Lino de Matos

Vice-Lider: Cattete Pinheiro

III — Partidos de um só Representante

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

AGRICULTURA

Presidente — Senador José Ermirio (PTB)

Vice Presidente — Senador Eugênio Barros (PSD)

COMPOSIÇÃO**Maioria****Titulares**

Eugênio Barros
 José Feliciano

Suplentes**PSD**

1. Atilio Fontana
 2. Benedito Valladares

Titulares		Suplentes	
PTB			
José Ermírio		1. Melo Braga	
Dia Hunt Rosado		2. Argemiro de Figueiredo	
Titulares		Suplentes	
Minoria			
UDN			
Lopes da Costa		1. Daniel Krieger	
Antonio Carlos		2. João Agripino	
Titulares		Suplentes	
B.P.I.			
Julio Leite		Raul Gíuberti (PSP)	
Secretário — José Ney Dantas.			
Reunões — quintas-feiras, às 10 horas.			

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente — Milton Campos (UDN)
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

Titulares		Suplentes	
PSD			
Jefferson de Aguiar		1. Menezes Pimentel	
Antonio Baibaco		2. Leite Neto	
Wilson Gonçalves		3. José Feliciano	
Ruy Carneiro		4. Flinto Müller	
Titulares		Suplentes	
PTB			
Edmundo Levi		1. Argemiro de Figueiredo	
Bezerra Neto		2. Melo Braga	
Arthur Virgílio		3. Oscar Passos	
Titulares		Suplentes	
Minoria			
UDN			
Alaísio de Carvalho (PL)		1. Daniel Krieger	
Afonso Arinos		2. João Agripino	
Milton Campos		3. Eunice Rezende	
Titulares		Suplentes	
B.P.I.			
Josaphat Marinho (sem legenda)		Aarão Steinbruch (MTR)	
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão.			
Reunões — quartas-feiras, às 16 horas			

DISTRITO FEDERAL

Presidente — Aurélio Vianna (PSP)
Vice-Presidente — Pedro Ludovico (PSE)

COMPOSIÇÃO

Titulares		Suplentes	
Minoria			
PSD			
Pedro Ludovico		1. José Feliciano	
Flinto Müller		2. Walfredo Gurgel	
Titulares		Suplentes	
PTB			
Oscar Passos		1. Melo Braga	
Edmundo Levi		2. Antônio Juca	
Titulares		Suplentes	
Minoria			
B.P.I.			
Aurélio Vianna (PSB)		Lino de Mattos (PTN)	
Secretária — Julieta Ribeiro dos Santos			
Reunões — quintas-feiras, às 16 horas			

ECONOMIA

Presidente — Leite Neto (PSD)
Vice-Presidente — José Ermírio (PTB)

COMPOSIÇÃO

Titulares		Suplentes	
Materia			
PSD			
Leite Neto		1. Jefferson de Aguiar	
Atílio Fontana		2. Sigefredo Pacheco	
José Feliciano		3. Sebastião Archer	

Titulares		Suplentes	
PTB			
José Ermírio		1. Bezerra Neto	
Melo Braga		2. Oscar Passos	
Titulares		Suplentes	
Minoria			
UDN			
Adolpho Franco		1. José Cândido	
Lopes da Costa		2. Zacharias de Assumpção	
Irineu Bornhausen		3. Mem de Sá (PL)	
Titulares		Suplentes	
B.P.I.			
Miguel Couto (PSP)		Aurélio Vianna (PSB)	
Secretária — Nancy O'Reilly			
Reunões — Quintas-feiras, às 15.30			

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)
Vice-Presidente — Padre Calazans (PTB)

COMPOSIÇÃO

Titulares		Suplentes	
Materia			
PSD			
Menezes Pimentel		1. Benedito Valladares	
Walfredo Gurgel		2. Sigefredo Pacheco	
Titulares		Suplentes	
PTB			
Pessoa de Queiroz		1. Edmundo Levi	
Antônio Juca		2. Vivaldo Lima	
Titulares		Suplentes	
Minoria			
UDN			
Padre Calazans		1. Afonso Arinos	
Mem de Sá (PL)		2. Milton Campos	
Titulares		Suplentes	
B.P.I.			
Josaphat Marinho (sem legenda)		Lino de Mattos (PTN)	
Secretária — Vera Alvarenga Maira			
Reunões — Quartas-feiras, às 16 horas			

FINANÇAS

Presidente — Argemiro de Figueiredo (PTB)
Vice-Presidente — Daniel Krieger (UDN)

COMPOSIÇÃO

Titulares		Suplentes	
Materia			
PSD			
Victorino Freire		1. Atílio Fontana	
Lobão da Silveira		2. José Guionard	
Sigefredo Pacheco		3. Eugênio Barros	
Wilson Gonçalves		4. Menezes Pimentel	
Leite Neto		5. Pedro Ludovico	
Titulares		Suplentes	
PTB			
Argemiro de Figueiredo		1. José Ermírio	
Bezerra Neto		2. Edmundo Levi	
Pessoa de Queiroz		3. Melo Braga	
Antônio Juca		4. Oscar Passos	
Titulares		Suplentes	
Minoria			
UDN			
Daniel Krieger		1. Milton Campos	
Irineu Bornhausen		2. João Agripino	
Eunice Rezende		3. Adolpho Franco	
Titulares		Suplentes	
PL			
Mem de Sá		Aloysio de Carvalho	
Titulares		Suplentes	
B.P.I.			
Lino de Mattos (PTN)		1. Julio Leite (PR)	
Aurélio Vianna (PSB)		2. Josaphat Marinho (S. legenda)	
Secretária — Cid Brügger			
Reunões — Quartas-feiras			

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente — Vivaldo Lima (PTB)
Vice-Presidente — Walfredo Gurgel (PSD)

COMPOSIÇÃO

Titulares		Suplentes	
Materia			
PSD			
Ruy Carneiro		1. Leite Neto	
Walfredo Gurgel		2. José Guionard	
Atílio Fontana		3. Sigefredo Pacheco	
Eugênio Barros		4. Lobão da Silveira	

Vivaldo Lima
Antônio Jucá

PTB

1. Edmundo Levi
2. Pessoa de Queiroz

Minoria**UDN**

Eurico Rezende
Antônio Carlos

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

B.P.I.

Aurélio Vianna (PSB)

Aarão Steinbruch (MTR)
Secretária — Vera Alvarenga Mafra
Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas

POLIGONO DAS SÉCAS

Presidente — Rui Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB)

COMPOSIÇÃO**Majoria****PSD**

Titulares
Ruy Carneiro
Sebastião Archer

- Suplentes
1. Sigefredo Pacheco
 2. Leite Neto

PTB

Dix-Huit Rosado
Argemiro de Figueiredo

1. Antônio Jucá
2. José Ermírio

Minoria**UDN**

João Agripino
José Cândido

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

B.P.I.

Aurélio Vianna

Julio Leite (PR)
Secretária — Aracy O'Reilly
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas

REDAÇÃO

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)
Vice-Presidente — Antônio Carlos (UDN)

COMPOSIÇÃO**Majoria****PSD**

Titulares
Walfredo Gurgel
Sebastião Archer

- Suplentes
1. Lobão da Silveira
 2. José Feliciano

PTB

Dix-Huit Rosado

Edmundo Levi

Minoria**UDN**

Antônio Carlos

Eurico Rezende

B.P.I.

Julio Leite (PR)

Josaphat Marinho (Sem legenda)
Secretária — Sarah Abrachão

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente — Benedito Valladares (PSD)
Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB)

COMPOSIÇÃO**Titulares**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guimard

Majoria**PSD**

1. Ruy Carneiro
2. Leite Neto
2. Victorino Freire
4. Wilson Gonçalves

PTB

Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos

1. Antônio Jucá
2. Argemiro de Figueiredo
3. Melo Braga

Minoria**UDN**

Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira

1. Padre Calazans
3. João Agripino
3. Mem de Sá (PL)

B.P.I.

Aarão Steinbruch (MTR)

Leão de Mattos (PTN)

Secretário — João Batista Cartejon Branco.

Reuniões — quintas-feiras, às 16 horas.

SAÚDE

Presidente — Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente — José Cândido

COMPOSIÇÃO**Titulares****Majoria****PSD**

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico

1. Valfre Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

Dix-Huit Rosado

Antônio Jucá

Minoria**UDN**

José Cândido

Lopes da Costa

B.P.I.

Raul Giuberti (PSP)

Miguel Couto (PSP)

Secretário — Eduardo Rui Barbosa.

Reuniões — quintas-feiras, às 15 horas.

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente — Zacharias de Assunção (UDN)
Vice-Presidente — José Guimard (PSD)

COMPOSIÇÃO**Titulares****Majoria****PSD**

José Guimard
Victorino Freire

1. Ruy Carneiro
2. Altino Fortiana

PTB

Silvestre Péricles
Oscar Passos

1. José Ermírio
2. Dix-Huit Rosado

Minoria**UDN**

Irineu Bornhausen
Zacharias de Assunção

1. Adolpho Tranco
2. Eurico Rezende

B.P.I.

Raul Giuberti (PSP)

Aurélio Vianna

Secretário — Alexandra Pfaender.

Reuniões — quintas-feiras, às 17 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente — Aloysio de Carvalho (PL)
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO**Titulares****Majoria****PSD**

Leite Neto
Filinto Müller

1. Victorino Freire
2. Sigefredo Pacheco

PTB

Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles

1. Melo Braga
2. Antônio Jucá

Minoria**UDN**

Padre Calazans

Antônio Carlos

PL

Aloysio de Carvalho

Mem de Sá

B.P.I.

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Secretário — José Ney Dantas

Reuniões — terças-feiras, às 15 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

COMPOSIÇÃO

Titulares	Suplentes
	<i>Máxima</i>
	PSD
Eugênio Barros	1. Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves	2. José Guimard
	PTB
Bezerra Neto	Melo Braga
	<i>Minoria</i>
	UDN
Lopes Costa	Irineu Bornhausen
	B.P.I.
Miguel Couto (PSP)	Raul Giuberti (PSP)
Secretário — Alexandre Pfaender	
Reuniões — quartas-feiras, às 18 horas.	

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 193-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1161, de 1963 do Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.

José Ermirio — Relator — PTB.

Adolpho Franco — UDN.

Aurélio Vianna — PSD.

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1197-63 do Senador Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.

Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.

José Ermirio (Presidente) — PTB.

Lopes da Costa — UDN.

Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 565-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.

Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.

Sigefredo Pacheco — PSD.

José Ermirio — PTB.

Irineu Bornhausen — UDN.

Júlio Leite — PR.

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONAUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONAUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1158-63 do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Antônio Jucá — PTB.

Padre Calazans — UDN.

Josaphat Marinho — S/legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados, aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:

Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.

Aderbal Jurema — PSD.

Laerte Vieira — UDN (Substituto pelo deputado Arnaldo Nogueira).

Heitor Dias — UDN.

Doutel de Andrade — PTB.

Arnaldo Cerdeira — PSP.

Juarez Távora — PDC.

Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO E PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61, apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Benedicto Valladares — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger — UDN.

Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente)

Heribaldo Vieira — UDN.

Rui Palmeira — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Afonso Celso — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.

Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Guido Mondin (.. de outubro de 1964) — PSD.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

Silvestre Pericles (.....) — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.

Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Memoros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Daniel Krieger — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Amaury Silva (23 de abril de 1962) — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.

Filinto Muller — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger (Relator) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Rui Palmeira — UDN.

Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Miguel Couto — PSP.

Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUIÇÃO NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Menezes Pimentel — PSD.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3.62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PS.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.

Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Mem de Sá — PL.

Aarão Steiner — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5.62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ATRIBUIÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — Presidente.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Josaphat Marinho — (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Vaga do Senador Pinto Ferreira

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

26 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Mem de Sá — PL.

Miguel Couto (23 de abril de 1963) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13 9 62

Prorrogada:

— até 15 12 63 pelo Requerimento 750-62, aprovado em 12 12 62;
— até 15 12 64 pelo Requerimento 1 148-63, aprovado em 16 12 63.
Completada em 23 4 63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves (23 4 63) — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heriberto Vieira — UDN
Josaphat Marinho — (23 4 63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende (23 4 63) — Vice-Presidente — UDN
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 4 63) — Presidente — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Bastos Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite (23 4 63) — PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(CRIA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6 12 62

Prorrogada:

— até 15 12 63 pelo Requerimento 751-62, aprovado em 12 12 62;
— até 15 12 64 pelo Requerimento 1 149-63, aprovada em 10 12 63.
Completada em 23 4 63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Pinto Lucovico — PSD
Wilson Gonçalves (23 4 63) — PSD
Benedito Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heriberto Vieira — UDN
Eurico Rezende (23 4 63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
João Agripino (23 4 63) — UDN
Amaury Silva (23 4 63) — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Bastos Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Raul Guberti — PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23 4 63

Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento 1 150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB

Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23 4 63) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23 4 63

Prorrogada:

— até 15 12 64 pelo Requerimento 1 151-63, aprovado em 10 12 63.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Heriberto Vieira — Vice-Presidente — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Artur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23 4 63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2 5 63

Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento 1 152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Vaga do Senador Eduardo Catalão (Vice-Presidente) — PTB
Vaga do Senador Eduardo Assmar — PTB
Eurico Rezende — Presidente — PTB
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20 5 63

Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento número 1 153-63, aprovado em 10 12 63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende (23 4 63) — UDN
Milton Campos — UDN
João Agripino — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31 5 63

Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento número 1 154-63, aprovado em 10 12 63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
Vaga do Senador Humberto Neder — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2 10 63

Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento número 1 156-63, aprovada em 10 12 63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Guberti — PSP
José Leite — PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO)

Designada em 2 10 63

Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento número 1 156-63, aprovada em 10 12 63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Júlio Leite — PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8 63

(AUTONOMIA DOS MUNICIPIOS)

Designada em 22 10 63

Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento número 1 157-63, aprovada em 10 12 63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD

Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Bezerra Neto — PTB
Edmundo Levi — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Melo Braga — PTB
Eurico Rezende (23 4 63) — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda
Aurélio Vianna — PTB
Júlio Leite — PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIDAS DE ACÓRDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 — Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:

— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1 173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto (Presidente) — PSD
Nelson Maculan — PTB
João Agripino (Relator) — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 3, de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963

Prorrogada por 90 dias até 15 de março de 1964, em virtude do Requerimento número 1 163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves, aprovada na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21 30).

Designação em 6 de dezembro de 1963

Membros (11) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto — PSD
Artur Virgílio — PSD
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Artur Virgílio — PTB
Bezerra Neto (23 4 63) — Vice-Presidente — PTB
Melo Braga — PTB

João Agripino — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende (23 4 63) — UDN

Aurélio Vianna — PSB

Secretário: Auxílio Legislativo

PL-9 J. Nery Passos Dantas.
Lobão da Silveira — PSD

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40